

FUNDO DE GREVE: EXPERIÊNCIA DE SOLIDARIEDADE E RESISTÊNCIA DE HOMENS E MULHERES METALÚRGICOS NO ABCD PAULISTA, NOS ANOS 1970-1980

Dolores Pereira Ribeiro Coutinho
Maria Augusta de Castilho

Resumo: As greves metalúrgicas marcaram o final da década de 1970 e início de 1980 no ABCD paulista e revelaram não apenas novas experiências de organização dos trabalhadores e trabalhadoras metalúrgicos, mas o modo de vida de suas famílias durante a ditadura no Brasil. O artigo objetiva evidenciar, para além do mundo das fábricas e da produção, aspectos da construção de laços de sociabilidade e vivência da solidariedade no período das greves. Para tanto, faz uso do método histórico-dedutivo, pesquisa bibliográfica, coleta de dados em documentos primários e entrevistas com lideranças sindicais, operárias e algumas esposas de operários que vivenciaram o período.

Palavras-chave: Metalúrgicos, territorialidade, solidariedade, fundo de greve.

Fondo de huelga: experiencias de solidaridad y resistencia de hombres y mujeres metalúrgicos en el ABCD paulista, en los años 1970-1980

Resumen: Las huelgas de trabajadores metalúrgicos marcan la década de 70 y el inicio de los 80 en la región conocida como ABCD Paulista, São Paulo – Brasil, y revelan no solo nuevas experiencias de organización de los trabajadores y trabajadoras si no también el modo de vida de familias al largo de la dictadura militar brasileña. Este artículo objetiva evidenciar, además de las fábricas y de la producción, aspectos de las construcciones de lazos de sociabilidad y vivencia solidaria del período de huelgas. Por lo tanto, hace uso del método histórico-deductivo, pesquisa bibliográfica, colecta de datos en documentos primarios y entrevistas hechas con líderes sindicais, operarios y algunas esposas de operarios que vivieron este período.

Palabras clave: Metalúrgicos, territorialidad, solidaridad, fondo de huelga.

Strike fund: experience of solidarity and resistance of men and women metalworkers in ABCD paulista, in the years 1970-1980

Abstract: Metallurgical strikes marked the late 1970s and early 1980s, in ABCD Paulista, São Paulo – Brazil, and revealed not only new men and women metalworkers' experiences organization, but the way of life of their families during the military dictatorship in Brazil. The paper's goal is to highlight, beyond the world of factories and production, aspects of the ties sociability building and the solidarity experience in the strike period. For this purpose it is used the historical-deductive method, bibliographic research, collection of data in primary documents and interviews with union leaders, workers and some workers' wives, who experienced the period.

Keywords: Metalworkers, territoriality, solidarity, strike fund.

Introdução

Este artigo tem por objetivo evidenciar a construção de laços de sociabilidade e vivência da solidariedade, no período das greves metalúrgicas, para além do mundo das fábricas e da produção. Permitiu encontrar nas fontes documentais e falas dos (das) agentes elementos do vivido por trabalhadores, trabalhadoras e esposas de operários, os quais foram levados à reflexão teórica.

No texto as autoras recuperaram, por meio de entrevistas, informações presentes na memória de 03 (três) homens que vivenciaram a condição de operários, 05 (cinco) mulheres, que foram operárias ou mulheres de operários e 01 (um) jornalista que trabalhou no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (ABCD), durante as greves metalúrgicas do ABCD Paulista, no final dos anos de 1970 e início de 1980. Outros dados sobre as greves e a criação do Fundo de Greve foram

obtidos em documentos primários como: atas de reuniões, panfletos, cartas, convites, jornais sindicais, entre outros, arquivados no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, os quais foram disponibilizados pela entidade para consulta durante os anos de 1991 e 1992 ou que estavam, no mesmo período, arquivados no centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) na cidade de São Paulo.

Os dados da investigação foram coletados no momento em que a historiografia brasileira debruçou-se sobre a importância de se fazer uma reflexão mais acurada sobre a história da resistência dos trabalhadores e trabalhadoras contra Ditadura no Brasil. Entende-se que refletir sobre as condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras, mais do que nunca, se faz pertinente nesta primeira década do século XXI, momento em que no Brasil e no mundo vivencia-se a retirada dos direitos trabalhistas, historicamente conquistados juntamente com uma virada política com potencial para atingir a voz da história “vinda de baixo”.

Justifica-se que, a despeito da datação, muitas referências utilizadas na reflexão sobre as Greves Metalúrgicas de 1978-1979 são de extrema importância e relevância a ponto de continuarem sendo citados, em textos acadêmicos posteriores. Outros autores, com publicações mais recentes não foram incorporados, pois suas reflexões investigaram a temática com recorte no novo sindicalismo emergente nos anos 1980; ou com foco na reorientação política do empresariado nacional, ou mesmo fazendo a discussão dos desdobramentos políticos e criação do Partido dos Trabalhadores (PT). Já aos conceitos advindos da interdisciplinaridade foram incorporados neste estudo para melhor compreensão da temática proposta. Além da importância dada ao enfoque nas famílias metalúrgicas, que se envolveram nas paralisações, procurou-se registrar, mesmo que parcialmente, a presença da divisão sexual de tarefas e a presença da Igreja Católica no que hoje se denomina território.

Greves metalúrgicas, família e mulher

A denominada região do ABC paulista reúne vários municípios fabris, dentre eles os de Santo André, São Bernardo, São Caetano (e Diadema), que estão localizados nos limites da cidade de São Paulo e presenciou nos anos de 1978, 1979 e 1980 o renascimento da luta dos trabalhadores e trabalhadoras por um conjunto de direitos. A categoria dos metalúrgicos se mobilizou para impedir a continuidade do processo de pauperização vivenciado por eles/elas e suas famílias, juntamente com a dilapidação das forças no espaço da produção.

As reclamações operárias cresciam proporcionalmente ao arrocho salarial e ao aumento da produtividade, verificado desde o início da década de 1970 e chamado de “milagre brasileiro”, que fora na realidade, produzido pela aceleração do ritmo da produção e prolongamento da jornada de trabalho com o expediente da hora-extra, ou seja, aumento da intensidade e ritmo do trabalho.

Estudos mais recentes sobre acidentes de trabalho os atribuem a fatores múltiplos e, portanto, entendem que eles devem ser explicados em abordagem sistêmica, que incorporem fatores internos e externos, existentes no ambiente de organização do trabalho e presentes na subjetividade do trabalhador (GONÇALVES; DIAS, 2011). Falas de operários presentes em jornais da cidade, como o Jornal ABCD relatavam a prática da hora-extra todos os dias. Era excesso de trabalho naqueles anos

de 1970, 1971 a 1979 que atrelavam a realidade do acidente de trabalho ao desgaste físico e intensificação impostos pelo ritmo da produção.

Na perspectiva da Saúde do Trabalhador, busca-se romper com essa ideia de um vínculo causal entre a doença/acidentes de trabalho e fatores de risco presentes exclusivamente no ambiente físico de trabalho, para também investigar os componentes derivados da organização do trabalho, com características mais qualitativas, analisando-se os esforços exigidos pela organização e pela atividade de trabalho. Assim, torna-se essencial a valorização da subjetividade do trabalhador, como sujeito capaz de pensar e de se pensar no trabalho, proporcionando outro olhar para as questões dos acidentes (GONÇALVES; DIAS, 2011, p. 635).

O processo de trabalho era uma espécie de círculo vicioso, que perpassava pelos baixos salários, os quais levavam o (a) trabalhador (a) a fazer hora-extra, que por sua vez impedia abertura de novas vagas no mercado de trabalho, promovendo a existência de uma reserva de mão-de-obra (pela rotatividade) proporcionando o achatamento salarial e a necessidade de se fazer mais hora-extra para majorar os ganhos. Assim que, o trabalho feito fora da jornada regular apresenta um inconveniente que ultrapassa o problema do desgaste físico, sua ocorrência impedia a contratação de novos trabalhadores, contribuindo, diretamente, para o aumento do número de desempregados.

No caso das mulheres, havia ainda a sobrecarga de um segundo turno, cumprida no espaço doméstico, com todos os afazeres da casa e dos filhos após cumprir a exaustiva jornada no chão da fábrica.

Contrapondo-se ao descontentamento dos trabalhadores (as) com a realidade do trabalho, estava o temor em assumir uma paralisação, uma vez que toda legislação pretendia coibir tal possibilidade ao estabelecer severas punições para os sindicatos e empregados, que porventura ousassem cruzar os braços ou desobedecerem aos ditames impostos pela ordem vigente. Estava presente o receio em desafiar a ditadura militar, pois o massacre de operários ocorrido na cidade de Contagem, Minas Gerais (1968) ainda estava muito vivo na memória de toda a categoria, a despeito de toda insatisfação que manifestavam.

Mesmo não havendo registro de paralisações significativas na região, na primeira metade dos anos 1970, formas de mobilização nunca se extinguiram totalmente, pois os trabalhadores e trabalhadoras executaram, durante toda década, diversos expedientes capazes de retardar ou reduzir a produção industrial, como paralisações setoriais, chamadas “operações tartaruga”, ou mesmo a execução de trabalho seguindo todas as normas técnicas e especificações de segurança, ao que se denominava “operação padrão”.

As reivindicações da categoria assumiram um caráter coletivo a partir de 1977, foi quando o próprio Governo Federal admitiu ter manipulado índices do custo de vida dos anos de 1973 e 1974, com a finalidade de não conceder o devido reajuste (reposição das perdas) salarial. Desta forma, no ano de 1978 o Sindicato conduziu as negociações do dissídio coletivo, mas o valor atingido como reposição não satisfiz a categoria.

Mesmo sabendo dos riscos impostos pela legislação que proibia greve, metalúrgicos(as) decidiram, por sua conta e risco, cruzarem os braços. Abramo analisou o processo em que foi gestado o movimento de 1978 e escreveu que:

Apesar de ter surpreendido a quase todos, evidentemente não foi obra do acaso: ela foi a explicitação social de uma prática invisível de resistência, organização e criação de formas de luta e sociabilidade que vinha se desenvolvendo no interior das empresas durante toda a década de 70. Mas a greve de 1978 é mais que isso. No caso de São Bernardo, em grande medida ela foi resultado do desenvolvimento de um tipo de ação sindical que, embora não tivesse desempenhado em papel explicitamente organizador da greve, foi fundamental em todo o processo que culminou na sua eclosão (ABRAMO, 1988, p. 207).

A nova ação sindical de que se fala na citação acima é o trabalho de conscientização desenvolvido pelo Sindicato. Não foi ele quem encabeçou o movimento, mas após a mobilização iniciar, assumiu, sim, a responsabilidade de negociação com as empresas. As chamadas greves de Maio de 1978, na realidade ocorreram de Março a Novembro do referido ano. Desenrolaram-se dentro de cada fábrica e plantaram a semente para luta dos anos subsequentes. A prática coletiva da resistência fez com que muitos superassem o medo e assumissem a militância sindical. Estreitaram-se, também, os laços de solidariedade, até que no ano seguinte a categoria mobilizou-se novamente.

A greve de 1979 foi cuidadosamente preparada, operários (as) não contavam com o elemento surpresa do ano anterior, pois empregados (as) e governo já esperavam pela mobilização. Diferentemente da greve precedente, a resposta foi imediata, com demissões, utilização de força policial, prisões e intervenção no sindicato da categoria.

A paralisação utilizou-se muito do jornal sindical como veículo de propagação do movimento. A razão disto era a grande penetração da publicação na categoria. O jornal era distribuído diária e gratuitamente, denunciava a exploração da categoria no projeto do “milagre brasileiro” e a deterioração das condições de vida do(a) trabalhador(a) metalúrgico(a) que estavam na cadeia produtiva da indústria automobilística.

A prática de operários e de operárias era ler o informativo e passar adiante para os demais, assim o maior número possível de trabalhadores e trabalhadoras teriam acesso às informações. O jornal penetrava nas fábricas sem que elas dessem permissão para sua circulação. Operários e operárias escondiam alguns exemplares nas roupas e os distribuíam entre os/as colegas, nos momentos das idas ao banheiro, nos apertos de mão ou os escondendo em cantos das máquinas. A publicação utilizava uma linguagem acessível ao trabalhador (a) e até os espaços destinados as manifestações da cultura (dita popular) falavam da greve:

A greve dos metalúrgicos do ABC e a intervenção federal nos sindicatos são temas também da literatura de cordel. Eis alguns trechos de uma poesia feita por um operário de São Bernardo: No nosso Brasil prá frente quase tudo é diferente, operário é menos gente, Liberdade é opressão e tiram o pão do operário para dar ao patrão com um pretexto de acabar com a inflação Na greve dos metalúrgicos ocorreram coisas engraçadas. Quando eu li as notícias comecei a dar risadas Intervenção no sindicato prá mim é uma piada, E a abertura prometida cada vez mais complicada. O governo e os patrões estavam de mãos dadas Mas os operários unidos não dão bolas para piadas. Com o apoio do povo a coisa vai melhorar. Para defender o que é justo vamos botar pra quebrar (ABCD Jornal, 1979, p. 7).

A letra deste Cordel foi feita por um operário e traz consigo um dado importante sobre a origem de grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras, gente que a partir da década de cinquenta do século passado, saiu do Nordeste e foi para São Paulo em busca de melhores condições de vida. Não

como Território de Espera¹, mas como destino final, para onde pretendiam trazer a família, que ficou na cidade natal.

A poesia questiona que tipo de liberdade o(a) trabalhador(a) tem, pondo em cheque a própria ditadura, que permitia o funcionamento do sindicato, mas lançava mão da intervenção sem o menor escrúpulo. O sentimento geral que reinava era de indignação, pois quem efetivamente trabalhava não podia comer e mais do que isso, não podia sequer reclamar.

Contra a aliança governo-patronato uniram-se não apenas os (as) que trabalhavam nas indústrias, mas toda a população. Os trabalhadores e trabalhadoras chamaram a comunidade, por entenderem que a vida de todos precisava melhorar. Foi em nome daquilo que julgavam ser justo, viver com dignidade, que a região se mobilizou. A luta dos operários e das operárias se fez na reconfiguração do território, que passou a compreender os espaços de circulação diária, o privado, o público reconhecível (proximidades da casa), que incorpora mais do que os locais geograficamente limitados, mas os espaços presentes no cotidiano da família, locais ocupados cultural e materialmente; novos locais, como a Igreja Matriz, as ruas de São Bernardo, a praça principal da cidade e o Estádio de Vila Euclides.

A forma de utilização do espaço é uma representação de territorialidade, é a forma como as pessoas se apropriam do espaço, como foi o caso do ABCD paulista.

A territorialidade vai além da relação homem-território, assim, territorialidade seria um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema (RAFFESTIN, 1993, p.160).

Sendo assim, territorialidade pode ser compreendida como um movimento multidimensional, que produz o território historicamente (SAQUET, 2009), uma vez que ela é condicionada por regras sociais e valores culturais, que se modificam de sociedade para sociedade, de uma época para outra, podendo ainda, derivar de processos de socialização, da interação entre seres humanos mediados pelo espaço.

Rozendahl (2005, p. 2934) relaciona territorialidade e poder, considerando a territorialidade:

como uma estratégia de controle sempre vinculada ao contexto social na qual se insere. É uma estratégia de poder e manutenção independente do tamanho da área a ser dominada ou do caráter meramente quantitativo do agente dominador. A territorialidade deve ser reconhecida, portanto, como uma ação, uma estratégia de controle.

Tais ações correspondem a todas as relações cotidianas da sociedade, seja no trabalho, na família, no espaço de lazer, na igreja, nos sindicatos (Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema) entre outros locais de convivência.

Para Santos (1997), a territorialidade é o sentimento de pertença, a autenticidade local ou a alteração do território, que podem se efetivar a partir da ação coletiva de um projeto de desenvolvimento, com racionalidade própria. Na medida em que os atores locais, que no presente caso são os trabalhadores homens e trabalhadoras mulheres, que são portadores de uma forte consciência de territorialidade por meio da participação efetiva das ações no local.

Territorialidade refere-se às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas - uma localidade, uma região ou um país - e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado território. A territorialidade reflete o vivido territorial, em toda sua abrangência e em suas múltiplas dimensões - cultural, política, econômica e social. Ela desenvolve-se a partir da existência comum dos agentes exercendo-se sobre um mesmo espaço geográfico, engendrando uma solidariedade orgânica do conjunto, a despeito da diversidade de interesses dos agentes. A territorialidade, como atributo humano, é primariamente condicionada por normas sociais e valores culturais, que variam de sociedade para sociedade, de um período para outro (LASTRES; CASSIOLATO, 2005, p. 21).

Propõe-se, portanto, desenvolver parâmetros e mecanismos teórico-metodológicos que permitam incorporar tal dimensão na própria pesquisa sobre a intensidade, as condições, os obstáculos e os resultados da geração e difusão de informações e conhecimentos sobre experiência de solidariedade e resistência dos atores (as) no ABCD Paulista.

A mobilização de 1979 terminou com uma “trégua” para negociação, porém retornou com toda a força durante a campanha salarial do ano subsequente 1980, quando a cidade de São Bernardo do Campo foi ocupada por policiais e militares, os quais empreenderam uma verdadeira guerra contra operários e operárias.

Em muitas falas revelavam-se que a luta se fazia em prol da obtenção por melhores salários e condições de trabalho, para melhorar a vida da família. A preocupação era tão presente que se tornou objeto de um bilhete do João Ferrador². “No momento, porém, estamos lutando pela sobrevivência, pelo leite e pelo agasalho de nossas crianças” (NUNES; CANABRAVA FILHO, s/d, p. 74). Os trabalhadores e as trabalhadoras se mobilizaram para garantir a sobrevivência e nesta empreitada o grupo doméstico acabou por se envolver. Mas que tipo de envolvimento foi este?

A família não se atirou de imediato à luta. Sua participação foi crescendo aos poucos, pois havia um receio muito grande de “passar necessidade”, por parte das esposas que temiam por seus maridos ficarem desempregados, ou mesmo “desaparecerem” como acontecera com tantas lideranças no passado ainda recente na memória.

A falecida Sra. Marisa Letícia, que à época das greves era esposa do ferramenteiro e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo nos anos de 1970 e que hoje é o ex-Presidente da República do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, contou, durante sua entrevista, feita na residência da família, em 1992, que houve um grande esforço para promover a aproximação entre as mulheres de operários e o Sindicato, que isso era um trabalho lento e cuidadoso. Disse ela que se elaboravam atividades de lazer ou palestras sobre assuntos de interesse delas e após alguns encontros, conquistada a confiança, se introduziam paulatinamente, discussões sobre a necessidade de união da categoria e participação das famílias na reivindicação por direitos (Depoimento de MARISA LETÍCIA, 1992).

O jornalista Júlio de Grammont (Depoimento, 1992) que por muitos anos trabalhou como funcionário no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, analisando o comportamento das mulheres durante as greves, percebeu que a atitude inicial delas era de segurar o marido em casa ou fazer com que fossem trabalhar, “um movimento de refrear o marido”. Contudo, a “família foi crescendo, houve a primeira greve, houve a segunda, foi vitoriosa”, com o passar do tempo e o

desenrolar dos acontecimentos a mulher foi se aproximando, ele usava o termo família para fazer referência a Família Metalúrgica. (Depoimento de GRAMMONT, 1992).

Fator importante na aproximação das mulheres da luta foi a participação delas no Congresso das Metalúrgicas. Realizado em 1978, ele não tinha o caráter de congresso feminista, o que pode ser percebido desde a composição da mesa, pois dentre toda a composição dela, inclusive quem presidia os trabalhos, não se encontrava nenhuma mulher. Era um Congresso organizado pelos homens do Sindicato para as Mulheres dos Metalúrgicos e as Metalúrgicas. Mesmo assim, o objetivo principal do encontro pareceu ser o de denunciar a discriminação sofrida pela mulher em seu ambiente de trabalho, como salários menores, trabalho noturno e o não reconhecimento de que essas trabalhadoras faziam uma dupla jornada acumulando o trabalho doméstico.

A maior contribuição do Encontro acabou sendo aproximar as mulheres do Sindicato, trazendo as famílias para a luta operária, fazendo com que ele doravante pudesse adentrar nas casas dos operários. As mulheres, de início, se envolviam de forma irregular, por causa de seus maridos e filhos, mas em algumas fábricas o número de grevistas tomou maior vulto, percebe-se uma proporcionalidade maior entre grevistas e número de operárias em cada fábrica. Quanto maior o número de mulheres no chão de fábrica, maior foi percentual de adesão. A pesquisadora Elisabeth Souza Lobo chamou a atenção para a combatividade das mulheres, as quais, no seu entender, impressionavam os companheiros masculinos. Elas não participavam da luta como “elo mais fraco e menos agressivo da corrente” (SOUZA-LOBO, 1986, p. 39-42).

Não foi apenas a mulher operária que se engajou na luta. Durante as greves percebeu-se que existiu uma constante mobilização de toda a família. Ora ela estava em casa, evitando lugares de concentração de trabalhadores com a presença de força policial, ora ela ganhava as ruas do “pedaço”³, e da cidade, angariando suprimentos para a manutenção das outras famílias ou participando de atividades ligadas ao movimento grevista.

No seu depoimento, Dona Nair em 1991, esposa de um metalúrgico grevista, disse que as mulheres evitavam ir ao centro de São Bernardo do Campo e descreveu a forma como as famílias ocupavam o espaço público. Nessa ocupação dividiam-se os homens e as mulheres, primeiro os operários que se reuniam em Assembléia, sempre pela manhã; na parte da tarde era a vez das mulheres e dos filhos. Em algumas ocasiões os encontros não ocorriam na Igreja Matriz, quando as pessoas se dirigiam ao Estádio de Vila Euclides, “ai era um dilúvio de gente, juntava os operários, as mulheres, os filhos, os netos, quem já era avô”. A própria Nair não soube explicar o motivo desta segmentação no interior do Movimento.

Constatou-se o envolvimento da família com a greve, dentro e fora da casa, primeiramente com a atribuição de sustentação moral. Os entrevistados (as) foram unânimes em dizer que quando o trabalhador é homem ele não consegue lutar em duas frentes, na fábrica e no espaço doméstico. Por essa razão é que tantas vezes as lideranças sindicais pediram aos operários que conscientizassem suas famílias, em especial suas esposas, sobre a importância e necessidade das paralisações. Em Assembléias falava-se sobre a importância das mulheres não operárias (esposas e companheiras) na sustentação da luta, apoiando seus maridos e organizando, melhor do que nunca o espaço doméstico

e elas o faziam, pois como a adesão ao movimento não era mais somente do marido, mas de todos, os que estavam unidos em busca por uma vida melhor.

O apoio começava com uma maior economia nos gastos domésticos, a greve implicava em redução salarial e as mulheres assumiam sua atribuição, uma depoente disse: “vou apoiar completamente, vou economizar, se precisar, comerei uma vez por dia só. É importante garantir a vitória deles” (ABCD Jornal, 1980, p. 12).

Esta fala, assim como outras, é capaz de desvelar empoderamento feminino na tomada de decisão. A despeito de históricas relações desiguais e hierarquicamente postas, na qual mulheres são subjugadas por homens provedores no binômio exploração-dominação, as quais alocam as mulheres em tarefas de reprodução, tal como descrito por SAFFIOTI (2004), um esse novo olhar relacional permitiu a participação das esposas na caminhada dos operários por melhores condições de trabalho e salário, em que todo auxílio era necessário. Os próprios operários enalteciam tal ajuda e formas de apoio como reconhecimento de solidariedade iniciada dentro da casa, por suas esposas e filhos.

Constatou-se nas falas e documentos, que foi a solidariedade da família e da sua rede social, principalmente sediada no bairro, a responsável pela força e continuidade dos movimentos grevistas, que marcaram o final dos anos 1970, tal como o episódio marcante na memória dos entrevistados que foi a grande passeata em 1980. Ela foi organizada como um protesto contra a violência policial na manifestação do Dia do Trabalho e trazia também a exigência da libertação da diretoria (destituída) do Sindicato,

aquela passeata foi vital pra todo mundo, foi feita por quem? Pelas mulheres dos metalúrgicos, com crianças, entendeu... pra libertar os presos, as lideranças? Para quem tava na sigureta, lá, no breque de mão com o marido, ir pra rua, foi um salto (Depoimento de Júlio de Grammont em 19/ 03/ 1992).

As mulheres levaram seus filhos para a rua e não se intimidaram com a força policial, tomando um espaço público, que nunca fora utilizado com tanta determinação: a rua. Isso está presente nas lembranças que foram recuperadas sobre os momentos vivenciados pelas mulheres operárias e as esposas dos operários. Revelando a presença de mulheres que até então eram invisíveis como sujeitos históricos como no entender de Scott (1995) mesmo sabendo-se que elas participaram de grandes e pequenos eventos da história humana.

O acontecimento foi tão importante, que anos depois era lembrado por quem dele participou ao contar que:

Nice - Nesse momento aí, eu acho que pra Mana também, pra mim, foi o momento mais importante, pra mim foi aquela passeata de mulheres.

Mana - mas eu chorava, chorava o tempo inteiro, até hoje eu não gosto de lembrá... ia todo mundo quando eu abri a boca, todo mundo começou a cantar, aí meu Deus do céu, aí chegou ali na frente do Paço Municipal, tudo no chão... tudo com flores, ninguém vinha em cima né, assim nós conseguimos fazê o protesto, pra mim, foi a coisa mais linda.

Nice - nunca reunimos tanta mulhé assim não... Os operários não aguentaram, elas ficaram na calçada, aquelas calçadas da Marechal inteira era cheia de gente, de home.

Mana - Os homem não nos deixava, nós não deixava os home entrá só mulher, se entrasse a polícia entrava, então só tinha mulher... Depois entramos na Igreja... O padre tava fazendo missa (Depoimento de Mana e Nice em 20/ 05/ 1992).

A emoção marcava sempre os depoimentos das esposas e operárias, A Sra Marisa Letícia, então esposa de Lula, ao final desta passeata, foi chamada, durante uma celebração na Matriz, para falar para as outras mulheres. Ela pretendia agradecer a participação de todos e ressaltar a importância da continuação da mobilização, mas não o fez, pois acabou sofrendo um desmaio dentro da Igreja, que ela mesma atribuiu ter sido causado por sua emoção (Depoimento de Marisa Letícia em 19/ 03/ 1992).

Além das ruas, da Prefeitura e do Estádio Municipal (nas assembleias) o movimento, já organizado como uma “grande família” utilizou outro importante espaço, o da Igreja Matriz da cidade de São Bernardo do Campo. A ocupação deste espaço esteve diretamente ligada à sobrevivência das famílias dos operários durante a greve, esteve associado à criação de um Fundo de Greve instrumento de resistência no interior do Movimento.

O Fundo de Greve e a solidariedade

O Fundo de Greve surgiu como necessidade para a manutenção da família operária durante as greves metalúrgicas. A ameaça de intervenção mostrou a importância de tal entidade estar, juridicamente, separada do sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Concluindo-se que dessa forma, o Fundo auxiliaria a trabalhadores (as) suportarem as dificuldades criadas pela suspensão do pagamento dos dias parados.

Rememorando-se a história da Ditadura no Brasil, pode-se afirmar que a Igreja Católica, inicialmente, apoiou o Golpe Militar de 1964, indicando que o desenvolvimento econômico brasileiro deveria ter uma justa distribuição de riqueza, resolvendo em parte o problema da miséria. Entretanto, três meses após o golpe, os bispos lançaram um documento com críticas ao Regime pela repressão contra os militantes católicos. Nesse contexto surgiu a figura ímpar de Dom Cláudio Hummes – Bispo Diocesano de Santo André, São Paulo, tornando-se símbolo da luta contra a ditadura militar (1964-1985).

Este sacerdote abriu as portas de sua paróquia para reuniões sindicais clandestinas, defendendo os pobres e os direitos humanos. Foi considerado “bispo dos operários”, por apoiar as greves no ABC paulista.

Pereira em 27 de julho de 2014 ao entrevistar Dom Cláudio Hummes, perguntou:

– Quando era bispo de Santo André, o senhor enfrentou o regime militar para defender os trabalhadores e apoiar as greves do ABC?

– Ele respondeu: Foi difícil e desafiador. Não havia segurança de nada. Você poderia dobrar a esquina e ser preso, mas eu nunca fui preso, só ameaçado. Foi um tempo, claro, muito difícil. Interessante que a repressão nunca entrou na Igreja. As assembleias dos trabalhadores eram feitas dentro da igreja, eles cercavam, mas não entravam. Eu tive que dar acolhida a pessoas que estavam sendo perseguidas, que corriam perigo.

No aporte de Moraes (1982, p. 68), podem ser destacados alguns trechos da carta de Dom Cláudio Hummes, aos bispos do Brasil, “na qual assinala as razões de sua participação na greve dos metalúrgicos em abril de 1980, uma vez que as reivindicações eram justas e seus métodos pacíficos”.

O referido bispo ofereceu espaços em sua Paróquia para as reuniões dos trabalhadores após a intervenção federal nos sindicatos e a interdição de locais públicos para as assembleias dos

metalúrgicos, mas quando estes espaços não serviam mais, optou-se por oferecer o próprio templo, mas identificou-se que o respeito com muita dignidade ao local, sem qualquer abuso.

Dom Cláudio estabelece ainda em sua carta, acima referenciada, que a Igreja respeita a legítima autonomia dos trabalhadores e das trabalhadoras em decidir a defesa de seus direitos e a melhoria das estruturas e condições do mundo do trabalho.

A repressão tentou isolar a Igreja dos movimentos grevistas, afirmando que não se tratava da Igreja no Brasil, mas sim de uma ação isolada e ilegítima do bispo de Santo André, São Paulo; no entanto, Dom Cláudio recebeu apoio total do Cardeal de São Paulo – Dom Evaristo Arns, bem como da CNBB. Contudo, a realidade foi que o Fundo de Greve surgiu primeiro, como uma prática, durante os 15 dias de greve, quando o próprio Dom Cláudio Hummes declarou ao Jornal Diário do Grande ABCMSBCD (1980, p. 8), que todas as Igrejas estavam autorizadas a receber doações.

Pelo receio da intervenção e a facilidade de acesso, a Igreja Matriz de São Bernardo do Campo tornou-se o principal posto de arrecadação e distribuição de gêneros. No salão oferecido pelo Bispo foi montado um verdadeiro centro de operações, que reuniu toneladas de alimentos e um bom número de voluntários para o trabalho.

Eram operários e operárias, membros da diretoria do sindicato, familiares e militantes de outros movimentos. A participação das mulheres foi marcante, contou a operária Maria Mendes, que se envolveram “tanto as mulheres operárias como as mulheres de movimentos e organizações, as donas de casa, dos movimentos de mulher, movimento das donas de casa, contra a carestia” (Depoimento de Maria Mendes em 21/ 05/ 1992).

Em 1979, a supervisão da arrecadação dos alimentos para as famílias foi feita pela Diretoria do Sindicato, já que o Fundo de Greve não existia como entidade autônoma ou tinha direção própria. Em dados da própria Diretoria do Fundo estimou-se que foram atendidas mais de seis mil famílias de trabalhadores.

Ao terminar a campanha salarial de 1979, a Diretoria do Sindicato tomou a dianteira para organizar legalmente a entidade. Com essa finalidade realizou-se em setembro do mesmo ano, um seminário, no qual se que retiraram e aprovaram as propostas e no mesmo momento elegeu-se a primeira diretoria da então Associação Benéfica e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. O Fundo não apenas nasceu da solidariedade, ele a difundiu como pressuposto básico para garantir a mobilização operária e a própria sobrevivência. A solidariedade, que permeava todos os espaços da vida da família, foi elemento marcante na sua criação.

Ela, a solidariedade, era lembrada em todas as manifestações, como, por exemplo, durante uma assembleia no Estádio de Vila Euclides, quando as palavras do discurso de Lula deixaram claro que o movimento sensibilizava vários setores da população, em particular alguns intelectuais e artistas como a família Buarque de Holanda:

- Agora, companheiros, eu queria dizer pra vocês o seguinte: me entregaram aqui um monte de dinheiro, que eu nem sei o quanto é. Através do Eduardo Suplicy, um cheque de Cr\$ 10.000.00, do pai do Chico Buarque de Holanda, Sérgio Buarque de Holanda (Lula In: NAPPT, 1981, p. 319).

A solidariedade veio também de trabalhadores e trabalhadoras de vários setores, de outras categorias ou de outros países como no caso dos operários da fábrica da Scania na Suécia. Outros exemplos dessa solidariedade foram os donativos provenientes de posseiros ou as campanhas feitas nas favelas e ruas da cidade de São Bernardo. ABCD Jornal preocupou-se em demonstrar a força da solidariedade publicando durante o período das greves de 1979 e 1980 notícias sobre campanhas de caneca e da colher, que revelavam no caso dos posseiros a compreensão da exploração promovida pelo capital estrangeiro; nas favelas a realidade de carestia dada pela convivência com famílias de operários. Sendo assim, o motivo de tanta solidariedade não foi caridade, mas a identificação com as reivindicações por uma vida digna.

Na greve de 1980, a família desempenhou importante papel de mobilização nos bairros. Além da arrecadação de mantimentos e remédios, foi feito um trabalho de conscientização dentro das casas que depois ultrapassou os limites do doméstico e atingiu o bairro:

Muita gente pode mostrar que está solidária com esta luta por uma vida mais digna. Muitas foram as formas de apoio encontradas. A doação de alimentos aumentou, a importância e o significado da greve forma sendo despertados dentro de casa. Algumas vilas chegaram a criar núcleos de resistência dentro de suas comunidades. Reunidos nas Igrejas, em sociedades de Amigos de Bairros, e até mesmo na casa de vizinhos todas as famílias tentaram, voluntariamente, fazer alguma coisa para ajudar (ABCD Jornal, 1980, p. 2).

A mobilização atingiu todos os espaços da cidade, da casa ao Paço Municipal, da igreja à fábrica. Isto se fez, por intermédio de inúmeras atividades organizadas pelos metalúrgicos e suas famílias, principalmente pelas mulheres, disse Lula na palestra de abertura do Fórum Resgate da Cidadania em Campo Grande, Mato Grosso do Sul:

Eu tenho uma experiência rica de Fundo de Greve, na greve de 1980. Quando a gente extrapolou os limites do sindicato e ia pra periferia e eram as companheiras mulheres que tinham consciência política que saíam nas casas das mulheres que ainda não tinham consciência pra pedi o alimento. E foi possivelmente o ano de ouro do Fundo de Greve... a mulher no fundo de greve, ela as vezes contribuiu muito mais do que companheiro homem. Nós somos muito bom de fazer barulho com a garganta, mas quando vai, pega pra capa mesmo é a companheira mulher que assume essa responsabilidade (Lula, 08/ 03/ 1992).

A responsabilidade não foi assumida de imediato por todos e todas, o envolvimento das mulheres foi crescendo gradativamente, era preciso chamá-las a participar. Contou a falecida Sra. Marisa Letícia que nos encontros as mulheres faziam listas para definir as prioridades da ajuda e as estratégias de arrecadação de gêneros (Depoimento de Marisa Letícia, em 19/ 03/ 1992).

uma vez, era mais ou menos 10h30min. 11 horas, tocaram a campainha lá do fundo da igreja, onde nós distribuimos alimento, e tinha uma senhora e estava com duas belinas lotadas de alimento. E só ela falava. O marido dela, um senhor alto, não falava. Aí eu falei: – seu marido é mudo? E ela disse: - não, ele é executivo da Ford (Depoimento de André F. Dardis em 1986).

A arrecadação objetivava amenizar as dificuldades dos operários que necessitavam do auxílio, por isso só aquelas famílias que não tinham uma reserva de dinheiro ou alimentos é que buscavam os

gêneros distribuídos pelo Fundo de Greve. A distribuição era feita usando de critérios como: a exigência de comprovação de pertencer à categoria (metalúrgico) e o atendimento à fixação de cotas dos produtos básicos.

Em 1980 toneladas de alimentos foram distribuídas em pacotes que atendiam a determinado número de pessoas por família. Exemplificando, o pacote denominado “C” destinava-se ao atendimento de quatro ou cinco pessoas e continha: 2kg feijão, 3kg arroz, 2kg macarrão, 1 lata de óleo, 2kg batata e 1kg de fubá (ABCMSBCD, 1980).

O trabalho de distribuição de alimentos mobilizava quatro equipes de trabalho, cada uma delas assumia uma etapa: controle de retorno, preenchimento de fichas, entrega de mantimentos e empacotamento. Essas equipes eram compostas por voluntários que permaneciam na Matriz não apenas pelo trabalho, mas pela impossibilidade de furar o cerco policial para entrar na igreja.

Mana, operária que integrou uma das equipes (Depoimento em 20/ 05/ 1992) contou que, por várias vezes pernoitou na Igreja por não poder sair e se conseguisse, provavelmente não retornaria. Muitos usavam disfarces para entrar ou sair, principalmente as lideranças do movimento, que tinham prisão decretada (Depoimento de Maria Mendes em 21/ 05/ 1992).

As dificuldades eram grandes, tanto para os homens como para as mulheres. Mas a igualdade acabava neste ponto, pois dentro da Matriz as atribuições de responsabilidades e tarefas reproduziam as práticas de gênero existentes na sociedade.

As mulheres, mesmo na militância, eram discriminadas. No Fundo de Greve elas acabavam reproduzindo as tarefas domésticas. Elas é que se responsabilizavam pela comida e armazenagem das coisas leves, quando não, também por toda atividade de limpeza e serviços com características de doméstico. Quando requisitadas para o trabalho administrativo elas seriam alocadas como secretárias ou em recepção, reproduzindo a divisão sexual presente na ordem patriarcal de gênero (SAFFIOTI, 2004).

Contou a operária Maria Mendes que a maior discriminação deu-se na legalização da entidade. Quando da eleição da primeira Diretoria “O presidente do fundo de greve era um homem, o tesoureiro era um homem... quem tava na direção, todos era os homens” (Depoimento de Maria Mendes em 21/ 05/ 1992).

A discriminação permeava todos os espaços, por vezes disfarçada com o rótulo de cooperação, como no caso de Manifesto de Mulheres publicado no Diário do Grande ABC. Nele as mulheres colocavam-se como acompanhantes dos trabalhadores na luta por melhores salários. Justificando o apoio com a alegação de que eram elas que vivenciavam as dificuldades diárias de manutenção da casa.

Cabia, no entender das mulheres, aos trabalhadores a continuidade de uma luta que era justa e que traria como resultado a melhoria de vida. Por outro lado, afirmavam que a luta dos trabalhadores era em última instância uma luta de toda a família trabalhadora. Desta forma o manifesto revelava um conflito entre as práticas vigentes (a mulher como apoio e espectador) e a posição de uma militância (a luta é de todos) que à época começou a questionar o seu papel nos diferentes espaços do cotidiano.

As mulheres exercitaram sua sociabilidade, faziam reuniões de esclarecimento com outras mulheres do bairro e angariavam alimentos, tudo por iniciativa própria. Maria Mendes, lembrando o

papel das mulheres no Fundo de Greve disse: “as mulheres fizeram, com muita capacidade e iniciativa, não foi ninguém que foi lá e falo, na criatividade elas tomaram a iniciativa” (Depoimento de Maria Mendes em 21/ 05/ 1992).

A solidariedade exercitada pelas mulheres provou que elas eram capazes de conviver com os homens em posição de igualdade. A participação das mulheres operárias e mulheres de operários na implantação do Fundo de Greve podem ser mais bem compreendidas quando visualizada em contexto mais amplo, o da participação feminina nos movimentos sociais do final dos anos 1970 e início dos anos 1980.

Considerações finais

As mulheres se fizeram presentes em movimentos de bairro, comunidades de base, movimento contra carestia. O caráter dessa participação pode ser estudado a partir da experiência cotidiana, em que as reivindicações expressaram a vontade de mudar de vida. As demandas nasciam de uma ideia de ter direitos e as mulheres participavam dos movimentos, fazendo a manutenção da casa e da família. Surgiram então, alguns níveis de ruptura com o papel tradicionalmente privado, cuja radicalização ocorre na “militância” (SOUZA-LOBO, 1986, p. 264-267).

A militância é a alma dos movimentos sociais, movimentos que, nos anos 1970, empreenderam uma luta política e econômica pela conquista da cidadania, a qual não pode ser representada sem outro elemento, a democracia. A própria experiência das greves demonstrou isso na busca pela democratização das relações de trabalho.

A cidadania plena passava, inevitavelmente, pela existência de uma ordem democrática. Não se tratava mais, apenas, de reivindicação de direitos trabalhistas; os metalúrgicos se uniram às famílias e a sociedade se solidarizou porque o objetivo era muito maior: eles/elas queriam que o Brasil não fosse um país de privilegiados, mas com mais direitos garantidos aos trabalhadores e trabalhadoras.

A mobilização buscava resolver, de imediato, algumas questões básicas da sobrevivência, que na realidade é o que denominamos de Desenvolvimento Humano incluindo além do básico, mais cultura, mais lazer, mais educação e mais saúde, que na fala dos operários, operárias e suas famílias era o “melhorar de vida”.

As greves metalúrgicas marcaram o período em que não apenas emergiu um novo sindicalismo, mas um tempo em que um espaço tradicionalmente sagrado, mais do que nunca se estruturou como local de exercício da resistência e solidariedade, cuja maior expressão esteve na criação do Fundo de Greve.

O envolvimento das famílias dos operários e das operárias com o Fundo de Greve, nos anos de 1979 e 1980, foi uma resposta de todos os (as) envolvidos (as) nos acontecimentos, correspondendo a uma ação orientada pela experiência (resposta mental e emocional) nascidos do conflito entre as condições materiais de existência, as necessidades e os desejos.

A consciência de viver semelhante situação de marginalidade e pauperização, fez com que a luta dos operários (as) e suas famílias alcançasse a coletividade. Decorrente disso constatou-se a emergência, mesmo que tímida, de um novo sujeito histórico, que ultrapassou os limites da casa, do bairro, da fábrica e ocupou a Matriz da cidade de São Bernardo do Campo, escrevendo um novo

capítulo na História do Movimento Operário no Brasil ao fazer emergir novos agentes sociais talhados pela solidariedade, capazes de redesenhar a territorialidade nos bastidores da greve.

Notas

¹ Território de espera é um termo em construção nas ciências humanas e sociais que em perspectiva interdisciplinar pretende exprimir os territórios de transição. Sobre a discussão deste tema de fronteira (ver L. VIDAL et al. Disponível em: <<https://confins.revues.org/7274?lang=pt>>).

² João Ferrador era um personagem, ferramenteiro, que representava os anseios e frustrações da categoria nos textos a ele atribuídos com o formato de carta, publicados em todas as edições do Jornal do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Nos anos 1980 todos esses textos foram reunidos em uma só publicação.

³ Espaço público próximo a casa onde se adquire bens e serviços e se desenvolve uma sociabilidade específica, este termo foi construído por José Cantor Magnani.

Referências

A GREVE cantada em cordel. *ABCD Jornal*, São Paulo, jul. 08-14, 1979.

APOIO TOTAL das mulheres na luta. *ABCD Jornal*, São Paulo, mar. 24, 1980.

ABCMSBCD. Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. *Relatório de Atividades*. Documento do arquivo do Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI, São Paulo: ABCMSBCD, ago. 28, 1980.

ABRAMO, L. W. Greve metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho. In: KOWARICK, L. (Org.). *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 207-246.

GONÇALVES, C. G. de O.; DIAS, A. Três anos de acidentes de trabalho em uma metalúrgica: caminhos para seu entendimento. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Manguinhos, v. 16, n. 2, p. 635-646, fev. 2011.

LASTRES, Helena M.M.; CASSIOLATO José E. *Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais*. Quinta revisão, jun. 2005. Disponível em: <<http://redesist.ie.ufrj.br/glossario1.php>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

LULA. Luis Inácio Lula da Silva. *Palestra na FIEMS*. Campo Grande, 08 de março de 1982, gravada pelo pesquisador.

MORAIS, João Francisco Régis de. *Os bispos e a política no Brasil*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982 (Coleção: Teoria e Prática Social).

NOS BAIRROS um exemplo. *ABCD Jornal*, São Paulo, mai. 17, 1980.

NUCLEO Ampliado dos Professores do Partido dos Trabalhadores - PT (São Paulo). *Lula, Luis Inácio da Silva: entrevistas e discursos*. 2.ed. São Paulo: O repórter Guarulhos, 1981.

NUNES, A. F.; CANABRAVA FILHO. *Bilhetes de João Ferrador*. 9. ed. São Paulo: Grafite, s/d.

PEREIRA, Cleidi. *Entrevista com Dom Cláudio Hummes*. 27/07/2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/07/dom-claudio-hummes-apanas-sou-amigo-do-papa-e-ja-basta-4560378.html>> Acesso em: 10 fev. 2016.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática. 1993.

ROZENDAHL, Zeny. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – USP*. São Paulo, mar. 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Milton. A dimensão histórico-temporal e a noção de totalidade em geografia. In: SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 114-118.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS)*. Porto Alegre: Edições EST, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Entrevistas

André Felipe Dardis, Metalúrgico, membro da primeira diretoria do Fundo de Greve. O depoimento está arquivado no Centro Ecumênico de Documentação e Informação-CEDI na cidade de São Paulo e data de 1986.

Demerval Julio de Grammont, foi editor chefe da Tribuna Metalúrgica e do ABCD Jornal. O jornalista premiado (prêmio W. Herzog), trabalhava na Assessoria de Imprensa da Prefeitura de Diadema. Seu depoimento data de 19/ 03/ 1992.

Guiba, metalúrgico, vice-presidente do sindicato, chefe de Departamento Nacional dos Metalúrgicos - CUT participou do Fundo de Greve nos anos de 1979 e de 1980, seu depoimento data de Abril de 1992.

Luís Inácio Lula da Silva, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, ex-deputado federal, ex-presidente da República do Brasil, é membro fundador do PT. Concedeu seu depoimento, que foi gravado em Campo Grande, em 08/03/1992, após fazer a Palestra de Abertura no Fórum Resgate da Cidadania.

Mana, estava fora da categoria dos metalúrgicos, casada, uma filha, trabalhou na organização do Fundo de Greve. O depoimento foi dado em 20/ 05/ 1992, junto com Nice.

Maria Mendes, ex-metalúrgica, na data de seu depoimento 21/ 05/ 1992 era membro da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Bernardo do Campo.

Marisa Letícia, dona de casa, esposa de Luís Inácio da Lula, participou ativamente das mobilizações operárias dos anos 1970. Concedeu entrevista em 19/ 03/ 1992.

Nair Tronquini Bernades, dona de casa, esposa de Fábio Bernardes, (membro da Associação dos Metalúrgicos Aposentados) participou do movimento operário 78-80. Concedeu dois depoimentos: 21/ 11/ 1991 e 18/ 03/ 1992.

Nice, metalúrgica, trabalhou em várias empresas. Concedeu sua entrevista como membro da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, casada, mãe de três filhos. Seu depoimento data de 20/ 05/ 1992, junto com Mana.

Recebido em: ago. 2017.

Aceito em: dez. 2017.

Dolores Pereira Ribeiro Coutinho: Doutora em Ciências Sociais – PUC/SP. Docente do Programa de Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em Desenvolvimento Local da UCDB. E-mail: doloresribeiro@uol.com.br

Maria Augusta de Castilho: Pós-Doutora em Linguística pela USP. Doutora em Ciências Sociais pela USP. Docente do Curso de História e do Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco. E-mail: m.a.castilho@terra.com.br